

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8021857-82.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: MAXUEL SANTOS ALMEIDA e outros (2) Advogado (s): RODOLFO BARROS VIEIRA JUNGER, FELLIPE BARROS DO REGO IMPETRADO: Juiz de Direito de Guanambi, Vara Criminal Advogado (s): ALB-06 PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL A SER REPARADO. I. Na presente ação constitucional de habeas corpus, busca-se a soltura de Maxuel Santos Almeida, mediante a alegação de falta de fundamentação do decreto prisional. II. Da manutenção e fundamentação da prisão. No presente caso, o decreto preventivo lastreou-se em elementos concretos que demonstram a presença dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, havendo indícios de que o paciente comercializa droga ilícita diante da apreensão de uma balança de precisão da marca Diamond, 02 (duas) facas de corte para fracionamento da droga, 43 (quarenta e três) buchas de substância de cor esverdeada análoga a maconha, 13 (reze) cocadas acondicionadas em pequenos sacos plásticos e 02 (duas) cocadas maiores da mesma substância, além do valor de R\$ 1.151,00 (hum mil cento e cinquenta e um reais). Desse modo, a autoridade judiciária expôs, ainda que brevemente, os aspectos objetivos e concretos que, no caso em apreço, sustentam os requisitos da custódia cautelar, qualificando a medida como necessária e indispensável. III. Das alegadas condições pessoais. Quanto às alegadas condições pessoais favoráveis do paciente, tais como a primariedade, residência fixa e ocupação lícita, ainda que fossem demonstradas, não possuem o condão de afastar a necessidade da custódia cautelar, quando presentes os seus requisitos, como ocorre no caso. HABEAS CORPUS CONHECIDO E DENEGADO. ACORDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de habeas corpus nº 8021857-82.2022.8.05.0000, da comarca de Guanambi, em que figuram como impetrantes Felipe Barros do Rego e Rodolfo Barros Vieira Junger, como paciente Maxuel Santos Almeida, e como impetrado o Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Guanambi. ACORDAM os senhores Desembargadores, componentes da Primeira Câmara Criminal – Primeira Turma, à unanimidade, em CONHECER E DENEGAR A ORDEM de Habeas Corpus, nos termos do voto da Relatora. Salvador, . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 1 de Agosto de 2022. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8021857-82.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: MAXUEL SANTOS ALMEIDA e outros (2) Advogado (s): RODOLFO BARROS VIEIRA JUNGER, FELLIPE BARROS DO REGO IMPETRADO: Juiz de Direito de Guanambi, Vara Criminal Advogado (s): RELATÓRIO Cuida-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelos Advogados Felipe Barros do Rego e Rodolfo Barros Vieira Junger, em favor de Maxuel Santos Almeida, contra suposto ato ilegal praticado pelo Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Guanambi, nos autos nº 8001821-46.2022.8.05.0088. Aduzem os impetrantes, em síntese, que o paciente foi preso em flagrante em 01.05.2022, pela prática da conduta descrita no art. 33, da Lei nº 11.343/2006, havendo a autoridade impetrada decretado a prisão em decisão despida de fundamentação idônea, pautada na gravidade abstrata do delito, não

restando configurados os requisitos descritos nos arts. 312 e 313, do CPP. Por fim, alegam que o paciente ostenta condições pessoais para responder ao processo em liberdade, mediante imposição de medidas cautelares, além de apresentar incapacidade para o trabalho, razão pela qual percebia benefício assistencial, requerendo a concessão, em caráter liminar, do mandamus para que a prisão seja revogada, com consequente expedição do Alvará de Soltura, e no mérito seja confirmada a decisão. À inicial foram acostados documentos, necessários à análise do pedido. O pleito liminar foi indeferido, nos termos da decisão de ID 29531595 Informes judiciais juntados. (ID 31266890) Na sequência, juntou-se manifestação da douta Procuradoria pela denegação da ordem. (ID 31706012) É o relatório.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma  
Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8021857-82.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: MAXUEL SANTOS ALMEIDA e outros (2) Advogado (s): RODOLFO BARROS VIEIRA JUNGER, FELLIPE BARROS DO REGO IMPETRADO: Juiz de Direito de Guanambi, Vara Criminal Advogado (s): ALB-06 VOTO Trata-se de ordem de habeas corpus impetrada em favor de MAXUEL SANTOS ALMEIDA com o objetivo de restabelecer a liberdade do paciente. I. Do caso dos autos. De acordo com a peça inicial, no dia 30/4/2022, por volta das 22h30, o ora paciente foi preso em flagrante pela polícia militar por trazer consigo vinte e cinco buchas de maconha e por guardar, em sua residência, situada na rua 7, nº 90, Alto Caiçara, em Guanambi/BA, dezoito buchas e quinze cocadas da mesma erva. A denúncia ressalta que a substância ilícita apreendida se destinava ao comércio seja pela quantidade, pela forma de acondicionamento ou pela balança de precisão e duas facas para corte e fracionamento, além do valor de R\$ 1.151,00 (um mil cento e cinquenta e um reais) em espécie terem sido encontrados junto com a droga. Ademais, os informes judiciais noticiam que após o recebimento da denúncia, o paciente arguiu preliminares de ilegalidade no procedimento policial, ausência de justa causa e pedido de relaxamento/revogação da prisão preventiva. Em decisão interlocutória, o presente juízo não acatou as preliminares levantadas pela defesa, entendeu pela necessidade da manutenção da custódia preventiva e, por fim, determinou a inclusão do feito em pauta de audiência instrução e julgamento. Feita a devida contextualização dos fatos, passa-se a análise dos pleitos trazidos pela defesa. II. Da alegação de ausência de fundamentação da decisão que manteve a custódia cautelar. No caso dos autos, o juiz a quo decretou a prisão preventiva do paciente para resguardar a ordem pública, conforme excertos abaixo transcritos: (...) No caso em análise, constitui conclusão inarredável a presença do fumus comissi delicti, porquanto vislumbra-se a plausibilidade de que se trata de um fato criminoso, constatado por meio de elementos de informação que confirmam a presença de prova da materialidade do fato e de indícios de autoria, notadamente pelas declarações dos policiais que realizaram a diligência e pela apreensão de drogas em quantidade significativa, além de outros objetos que demonstram com clareza a prática reiterativa criminal. Patente, também, o periculum libertatis, uma vez que a permanência do agente em liberdade acarreta perigo concreto para a investigação criminal, o processo penal e a efetividade do direito penal. Demais disso, verifica-se a gravidade concreta do crime denunciado, evidenciada pela natureza e quantidade da droga apreendida, o que atrai a incidência do disposto no art. 312 do Código de Processo Penal, em virtude da necessidade de preservar-se a ordem pública. Filio-me à corrente, majoritária no âmbito

da doutrina e jurisprudência, que entende a garantia da ordem pública como risco considerável de reiteração de ações delituosas por parte do acusado, caso permaneça em liberdade, seja porque se trata de pessoas propensa à prática delituosa, seja porque, se solto, teria os mesmos estímulos relacionados com o delito cometido. Assim sendo, a prisão preventiva pode ser decretada com o objetivo de resguardar a sociedade da reiteração de crimes em virtude da periculosidade do agente. A respeito, preleciona Mirabete que a custódia preventiva deve ser decretada sob tal justificativa a fim de se evitar “que o delinquente pratique novos crimes contra a vítima ou qualquer outra pessoa, quer porque seja acentuadamente propensa à prática delituosa, quer porque, em liberdade, encontrará os mesmos estímulos relacionados com a infração cometida”. (ID 201047138)

Pois bem. Em relação à fundamentação da decisão, Renato Brasileiro de Lima explica que “é claro que a fundamentação não precisa ser extensa para ser uma verdadeira fundamentação. A concisão, nos dias de hoje, é uma virtude, e em nada se revela incompatível com o disposto no art. 315, § 2º, do CPP.” (LIMA. Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. Salvador: Editora Juspodivm. 2021. p.924) Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP), como bem asseverou o Ministro Rogerio Schietti Cruz no julgamento do HC 605622 MA 2020/0204774-9. (STJ – HC: 605622 MA 2020/0204774-9, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/12/2020) Com efeito, para a decretação da prisão preventiva, deve haver prova da existência do crime, indícios suficientes de autoria, além do perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado. Tais pressupostos são chamados de justa causa ou o *fumus commissi delicti* necessários para a materialização da medida cautelar. Todavia, além da justa causa, é imprescindível a demonstração da extrema necessidade da mencionada medida. Neste aspecto, o Código de Processo Penal estabelece as hipóteses que representam o perigo da liberdade do agente, ou seja, o *periculum libertatis*. Diante de tais requisitos, a segregação cautelar poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal. (art. 312 do CPP) No caso dos autos, sem embargos da necessidade de maior aprofundamento das investigações, tem-se que o decreto preventivo lastreou-se em elementos concretos, que demonstram a presença dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, havendo indícios de que o paciente comercializa droga ilícita diante da apreensão de uma balança de precisão da marca Diamond, 02 (duas) facas de corte para fracionamento da droga, 43 (quarenta e três) buchas de substância de cor esverdeada, análoga a maconha, 13 (reze) cocadas acondicionadas em pequenos sacos plásticos, 02 (duas) cocadas maiores da mesma substância e o valor de R\$ 1.151,00 (hum mil cento e cinquenta e um reais). (ID 20029028) Desse modo, ao contrário do quanto sustentado pela defesa, a decisão constritiva da liberdade do paciente encontra-se revestida dos elementos que lhe conferem validade, com fundamentação sucinta e em observância da presença da condição da admissibilidade da prisão, estando fundada na necessidade de preservar a ordem pública, aplicando-se, na espécie, o entendimento de que “não há ilegalidade na decisão que decreta a prisão preventiva com base em elementos concretos aptos a revelar a real necessidade de se fazer cessar ou diminuir a atuação de suposto integrante de organização criminosa para assegurar a ordem pública” ( RHC 144.284 AgR, Rel. Ministro

EDSON FACHIN, SEGUNDA TURMA, DJe 27/08/2018). Noutras palavras, diversamente do quanto assinalado pela impetrante, as sucessivas decisões proferidas pela autoridade apontada como coatora não foram marcadas pela generalidade. Tampouco fez-se uso de fórmulas abstratas em mera reiteração das elementares constantes da figura penal típica. Ao contrário, no caso dos autos, a autoridade judiciária expôs, ainda que brevemente, os aspectos objetivos e concretos que, no caso em apreço, sustentam os requisitos da custódia cautelar, qualificando a medida como necessária e indispensável. Nessa toada, reputo evidente que o decreto preventivo não incorre em fundamentação genérica que se baseia tão somente na gravidade abstrata do delito. Portanto, a decisão encontra-se devidamente fundamentada, ancorando-se nos ditames do art. 93, inc. IX, da Constituição Federal, e dos arts. 312 e 313, todos do Código de Processo Penal, inexistindo alteração fático-probatória a ensejar a revogação da medida cautelar.

III. Das alegadas condições pessoais do paciente. Quanto às alegadas condições pessoais favoráveis do paciente, tais como a primariedade, residência fixa, ocupação lícita e recebimento de benefício assistencial, ainda que fossem demonstradas, não possuem o condão de afastar a necessidade da custódia cautelar, quando presentes os seus requisitos, como ocorre no caso. Desse modo, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: (...) “a presença de condições pessoais favoráveis não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela.” ( HC n. 472.912/RS, Relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, julgado em 05/12/2019, DJe 17/12/2019). (...) “2. Condições pessoais favoráveis, como o paciente ser primário, ter bons antecedentes, trabalho lícito e residência fixa, não asseguram a liberdade provisória, quando demonstrada a necessidade de segregação cautelar.”(...) ( RHC 60.481/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 03/02/2016). Conclui-se daí que o modus operandi do crime demonstra a insuficiência da aplicação de outras medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal para a consecução do efeito almejado. Portanto, fixadas tais premissas, constata-se neste instante processual a existência de motivo forte o suficiente para a manutenção da prisão cautelar, notadamente em razão da periculosidade ostentada pelo paciente, ante a gravidade concreta do delito praticado.

Conclusão Ante o exposto, voto pela DENEGAÇÃO DA ORDEM. Sala das Sessões, de de 2022. PRESIDENTE Desa. ARACY LIMA BORGES Relatora PROCURADOR (A)